

17. ABR. 1983



Casas esguias do Porto e Sobrados do Recife

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

A tese da natureza ecológica do sobrado característico do Recife — a casa esguia e alta —, e, mais concretamente, das suas origens flamengas, como expressão mais acabada dessa natureza, pode considerar-se de larga tradição no Brasil. Num trabalho intitulado «O Sobrado na paisagem recifense», Aderbal Jurema de novo insiste nessa opinião, baseando-se na comparação e interpretação de determinados traços morfológicos de certas casas do Recife, da Holanda e de Portugal, que combina com razões deduzidas de factos históricos e mesológicos: nomeadamente o aparecimento no Recife, em seguida à sua ocupação pelos holandeses no século XVII, de um tipo habitacional semelhante, na sua estrutura geral e nos seus pormenores arquitectónicos, na sua natureza funcional e seus pressupostos ecológicos e sociais, à casa típica das cidades talássicas e portuárias dos Países-Baixos, que tantas afinidades geográficas apresentam com esta zona brasileira; e, por outro lado, oposto, por esses mesmos elementos, ao que o Autor considera a casa portuguesa, de acordo com o tipo de casa ali existente naquela data, de origem evidentemente portuguesa (1).

A ideia basilar desta tese encontra-se já em Gilberto Freyre, que contudo, aludindo embora à origem flamenga do «sobrado

magro» recifense, acentua a primazia do factor ecológico na sua elaboração: «Sobrado magro, vertical. Às tradições de arquitectura holandesa, que condicionaram o desenvolvimento do Recife, parecem ter-se juntado imposições de natureza ecológica, para consagrarem aquele tipo de casa...» (2) — que, de resto, definira antes como «o tipo de habitação ecológica» — ; e, mais adiante, reforçando esta feição, alude à urbanização na Ilha de António Vaz, ligada ao bairro do Recife pelas pontes de Nassau, e que passara a ser o local de moradia da burguesia mais rica da cidade, dizendo: «O problema da habitação, sem esse desafogo, teria-se tornado um horror. Sobrados estreitíssimos, e, dentro deles, um excesso de gente. Gente respirando mal, mexendo-se com dificuldade. Às vezes oito pessoas dormindo no mesmo quarto. Verdadeiros cortiços. Os primeiros cortiços do Brasil» (3).

Contudo, o factor histórico cultural é também fortemente relevante para o Autor, que, atrás, citando Morales de los Rios, observara: «...a arquitectura holandesa, no Recife, cuja influência ainda hoje se surpreende... nas «empenas laterais dos prédios», pouco se inspirou no meio ambiente. Os holandeses a impuseram à cidade tropical, sem nenhuma adaptação que lhe quebrassem a estrutura europeia de casa para os frios do Norte» (4). E, além destes factores, o mesmo sociólogo parece ter ainda em mente a ideia de um elemento ético-somático especial, de natureza ecológica, que coincide com o factor natural, e explica convergentemente a continuidade do sobrado magro na forma que ele apresenta no Recife, mais próximo da holandesa, por oposição aos sobrados do mesmo género de outras cidades portuárias do Brasil, modelados pela acção de influência portuguesa; é o que o Autor exprime, quando, a propósito do sobrado recifense, fala na sua harmonia «com um tipo mais estreito e mais magro de homem do que o baiano» (5), que Jurema esclarece com estas palavras: «Parece-me que essa tendência para o magro... é ecológica e



Fig. 1 — Recife — A igreja do «Corpo Santo», destruída pelos deturpadores da paisagem recifense, e os velhos sobrados coloniais (1878).

Grav. de F. H. Carls.



Fig. 2 — Recife — Antiga rua dos Judeus, depois rua da Cruz e, hoje, rua do Bom Jesus, numa litografia de F. H. Carls, do «Album» de 1878.

(Fototeca da DDC).

As figuras 1 a 5 foram extraídas do livro «O Sobrado na Paisagem Recife»,
de Aderbal Jurema.

que, por feliz associação de necessidades imediatas, se harmonizou com o tipo de construção civil trazido pelo holandês de seiscentos. Até nas cores dos nossos artistas plásticos, como nos traços de seus desenhos... a gente encontra sempre a natureza de perfil anguloso... Há mesmo um complexo de ridículo, entre nós, por tudo o que é excesso de ornamentação, de gordura física ou intelectual, que se revela até na parcimónia dos adornos com que se apresentam... os nossos santos nas procissões tradicionais. Parcimónia que psicológica e ecológicamente revelam... o temperamento magro do pernambucano, em coerência com a natureza geo-económica destes trópicos, que não tem favorecido a gordura física nem intelectual do homem-comum, capaz de degenerar em rendilhados e ornamentação rococó, tão típicos, aliás, de regiões mais privilegiadas, como a Bahia e um pouco Minas» (6). Parece-nos porém que se trata aqui de mais um exemplo de uma constante temperamental de base cultural: não é o elemento psicológico que explica a feição cultural, mas esta que determina aquele, no que se refere aos conceitos arquitectónicos.

Dentro ainda das teses flamengas, Manuel Diegues Júnior, analisando o contributo etno-cultural holandês na formação brasileira durante o período colonial, ensina que, enquanto os caracteres somáticos da etnia holandesa desapareceram após a Restauração, sem quase deixarem rasto, «alguns traços de cultura... ficaram; entre eles, o tipo de sobrado recifense, esguio e comprido de frente a fundo, o telhado de duas águas, o emprego de tijolo em maior escala do que até então» (7).

Convém recordar que, antes da ocupação holandesa, a capital da Capitania de Pernambuco era a cidade portuguesa de Olinda, localizada num alto, segundo os preceitos militares medievais de estratégia defensiva — eficazes, de resto, em mais de que uma emergência —, próprios da mentalidade do colonizador que no século XVI organizou a conquista do Brasil: o fidalgo

português (8). Pelo contrário, a Ribeira Marinha dos Arrecifes, que, de acordo com os seus conceitos, ele desprezou, por não poder ver, nos terrenos alagadiços de delta de Capibaribe, mais do que uma faixa costeira inaproveitável e sem interesse, é o local escolhido pela gente batava, em virtude da sua situação litoral, eminentemente favorável aos propósitos de pirataria e tráfego mercantil que a moviam. Acresce que, como já dissemos, a topografia dessa zona se assemelha estreitamente à das cidades donde provinham os invasores, sugerindo-lhes por isso uma urbanização que lhes era perfeitamente familiar, e para a qual eles estavam excepcionalmente preparados; e, na realidade, é com a ocupação flamenga que surge verdadeiramente o Recife, cujo desenvolvimento se processa, além disso, segundo os planos dos architectos de Maurício de Nassau.

Para Aderbal Jurema, porém, a tese da prioridade holandesa não diz respeito apenas à implantação da casa esguia e alta em terras recifenses; ela estende-se à própria criação desse género de construção, determinada por razões da natureza ecológica e social, particularmente sensíveis na Holanda e em relação ao tipo de civilização que aí se desenvolveu nessas eras. À casa esguia e alta é por excelência a solução habitacional sempre que se verifica a necessidade ou a conveniência do adensamento da população num espaço limitado, e isto dá-se especialmente nas zonas portuárias em geral, onde tem lugar um tráfego comercial intenso; ora, em país algum a limitação de espaço era mais angustiada do que nas cidades talássicas da Holanda, concentradas em áreas lacustres roubadas ao mar com grande custo, e sem possibilidades de fácil alargamento, e onde um denso formigar humano, derivado da sua posição capital no comércio marítimo europeu, se devia alojar em soluções verticais. Mas, a par disso, a casa esguia e alta é também, por natureza da sua orgânica utilitária essencial, a habitação originariamente própria

de gente em que soblevam as considerações económicas — a gente comerciante, popular e burguesa, que reside nos altos e tem as suas lojas no rés-do-chão, abertas ao público: precisamente, e concordantemente, a classe que domina o panorama social da Holanda de então.

Seria portanto a partir da Holanda que este tipo de casa, pela sua eficiência funcional em relação ao «estilo de vida que se desenvolvia sob o influxo do comércio marítimo» (9), e graças ao expansionismo daquele país, se difunde por todas as zonas portuárias europeias, tanto do Norte como do Mediterrâneo, que ele mantinha relações comerciais, das quais passa a ser característico, e onde o vamos encontrar já no século XVI, mas sobretudo do século XVII em diante; e seguidamente, por contacto directo com a Holanda, ou indirectamente através dos países que por sua vez ela já influenciara nesse sentido — Inglaterra, no que refere aos Estados Unidos, no século XVII, e Portugal, no Recife dos séculos XVIII e XIX (10) —, ele atinge as cidades portuárias do Novo Mundo.

No Recife holandês, desde a primeira hora se faz sentir a necessidade premente de alojamentos, em relação à massa de gente que todos os dias chegava da Europa para mercadejar à sombra da Companhia das Índias Ocidentais, e que, como na Holanda, tinha de se resolver numa área limitada; essa gente, naturalmente — e também como na Holanda — pertencia às classes burguesas e negociantes. São estes os pressupostos da casa esguia e alta na Holanda: como aí, e ao mesmo tempo que o Recife assume o aspecto de uma cidade-porto de tipo flamengo — a primeira tentativa de colonização urbana do Brasil (11) —, define-se aqui também a solução vertical da habitação, que se exprime no sobrado magro.

Vemos assim o holandês instalar-se no Brasil numa região cujas condições naturais são iguais às das suas cidades de ori-

gem, e que aí estão na base da casa esguia e alta; essa gente, burguesa e comerciante, é aquela que na Holanda construiu e vive em tal casa; e veio para o Brasil dedicar-se à actividade que, convergentemente, é ainda o outro pressuposto da mesma casa. É portanto legítimo admitir-se que o sobrado magro do Recife tenha de facto sido aí implantado pelos holandeses, tanto mais que, por muitos dos seus caracteres morfológicos, ele se assemelha à casa daquelas cidades da Holanda; e, ao mesmo tempo que aí era a casa normal que conheciam os novos emigrantes, cidadãos, traficantes e burgueses, ela era estranha ao velho colono lusitano, nobre, terratenente e rural.

A gente holandesa, pois, que veio para o Recife comerciar, atraída por umas condições naturais indênticas às da sua prática de origem, teria ali implantado a casa vertical, esguia e alta, que lhes era familiar, já porque era a sua, pela mera força de um enómeno de difusão passiva, já porque, segundo a lei da afinidade (12), ela se ajustava e esse condicionalismo peculiar, semelhante ao que, na Holanda, havia determinado a sua criação. A tese da origem flamenga do sobrado recifense, para lá do facto da ocupação holandesa, reforça-se singularmente com a consideração desses ajustamentos sociais e funcionais que o explicam e justificam.

Esta opinião não é porém unânimemente aceite no Brasil. Josué de Castro, por exemplo, explica a casa esguia apenas em função das condições naturais, considerando-a própria de todas as zonas portuárias, independentemente de quaisquer factores históricos de difusão a partir de um determinado país. Para ele, de resto, a casa desse tipo não constitui « algo de típicamente holandês »; ela encontra-se « em vários portos europeus, não holandeses, durante os séculos XV, XVI e XVII, desde o mar do Norte até Mediterrâneo. A Lisboa do século XVI já possuía no seu porto, marginado o Tejo, filas inteiras desse tipo de constru-



Fig. 3 — Recife — Fotografia de fins do século XIX, vendo-se os sobrados do bairro do Recife, notadamente os da rua do Bom Jesus, onde, no fundo, se destaca um sobrado de seis andares e, por trás dele, um outro, possivelmente de seis andares.

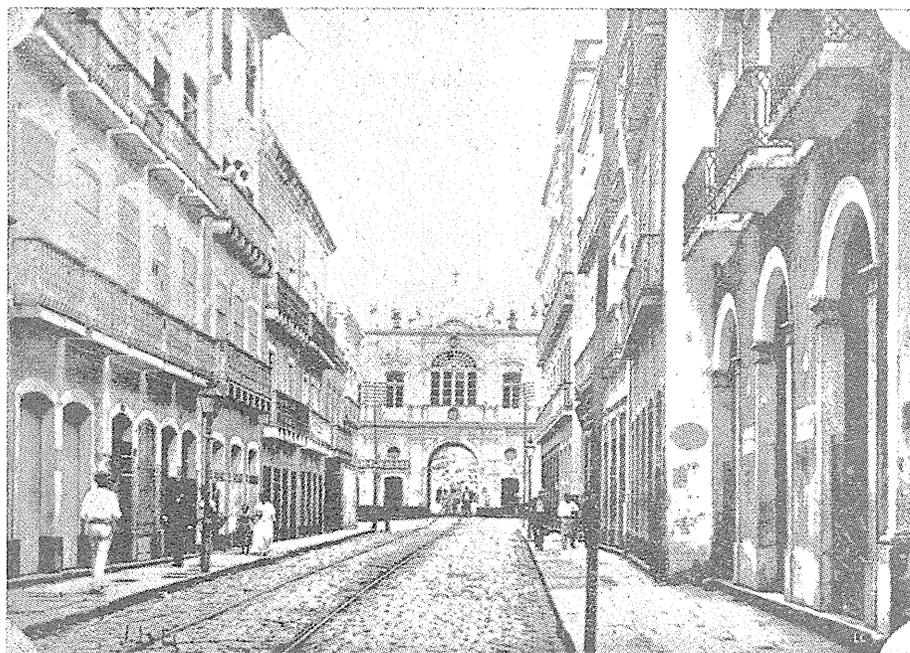


Fig. 4 — Recife — Rua da Cadeia, hoje Marquês de Olinda, no bairro do Recife, vendo-se o Arco da Conceição já demolido.

(Fotografia do século XIX).

ção... Nos séculos seguintes, todos os grandes portos europeus possuíam esse tipo de arquitectura cosmopolita, produto da necessidade de aproveitar ao máximo o espaço disponível, de concentrar numa área relativamente limitada os negociantes — patrões e assalariados —, suas lojas e suas residências por cima das lojas... É por isso que não nos parece acertado falar-se, do caso dos sobrados magros do Recife, em influência holandesa, quando os há do mesmo tipo em Lisboa, Antuérpia, Amsterdam ou Argel. Falando em influências, o certo seria dizer-se, com Luís da Câmara Cascudo: «Influências de onde? De toda a Europa. De todos os grandes portos da Europa». No caso do Recife, o que se passou no século XVII foi a angústia cada vez maior do terreno, em relação com as necessidades de espaço para construção, diante das exigências do porto cada vez mais movimentado, e, destarte, a solução mais natural foi a do sobrado daquele tipo, universalmente criado como solução única para o caso. Nasceu esse tipo de sobrado magro diante das águas do Atlântico e do Capibaribe por motivos análogos aos que o fizeram surgir em Antuérpia diante das águas do Escalda; em Lisboa, diante das do Tejo, e em Amsterdam, em frente às do Y e do Amstel, como um produto espontâneo da evolução e da diferenciação urbanas». No Recife, «longe de significar... uma expressão de influência holandesa na arquitectura brasileira, o que (ele) traduz na verdade é um traço característico da paisagem urbana, da sua evolução e diferenciação em consequência da situação e localização da cidade. O sobrado acentua no Recife o seu magro perfil vertical em consequência de peculiares funções da cidade-porto, assentada em zonas com escassez de terrenos propícios a construção». De resto, os sobrados altos e esguios do Recife, não foram aí erguidos durante o tempo dos flamengos, mas somente cerca de um século depois da Restauração Pernambucana, numa altura em que poucos traços da cultura trazida

pelos holandeses substituíam; e o Autor remata: « Não houve no caso qualquer influência holandesa; aquilo que o parece ser, é produto de simples coincidência de factores análogos, condicionando soluções idênticas aqui e na Holanda ». Por outras palavras, não se trata de influência cultural, mas sim ecológica (13).

De certo modo, porém, as duas orientações coincidem: de facto, ambas elas consideram o sobrado magro como um produto de actividades portuárias, próprio de zonas dessa natureza, e explicam-no em função de factores sócio-ecológicos que lhes são peculiares: a concentração de gente mercadora decorrente do desenvolvimento económico-social dessas zonas que resulta do comércio marítimo internacional, em áreas densamente urbanizadas num espaço limitado. Josué de Castro adopta este ponto de vista funcional, com inteira independência de considerações históricas de origens nacionais; mas como aquele complexo topográfico tem a sua expressão mais perfeita nas cidades talássicas e comerciais da Holanda, e como a época de expansão deste país coincide com o desenvolvimento geral de todos os portos europeus, o argumento histórico insere-se no próprio condicionalismo sócio-ecológico.

As razões de Josué de Castro, no que respeita especialmente à ausência de sobrados com mais de dois andares durante a dominação holandesa no Recife, não são porém estranhas à argumentação de Aderbal Jurema. Para este Autor, com efeito houve uma primeira influência directa da Holanda no Recife, quando da sua ocupação efectiva no século XVII, que se traduziu apenas no aumento em altura das primitivas casas e barracos térreos dos raros portugueses que ali habitavam, e a sua transformação em sobrados estreitos de dois e três andares incluindo o rés-do-chão (14); e ainda na difusão de certos traços fundamentais das construções portuárias da Holanda, que representam

soluções económicas de aproveitamento de espaço — nomeadamente telhados agudos de duas águas, apoiados em altas empenas laterais, facultando um andar suplementar, o sótão, sem elevação das paredes mestras — e bem assim a adopção do material adequado a esse estilo, corrente na Holanda: o tijolo (15). A esta primeira influência, veio, nos séculos XVIII e XIX, sobrepor-se outra, porventura mais activa e importante, agora indirecta, via Lisboa e Porto, que, no que se refere às construções esguias e altas portuárias, haviam já sido influenciadas pela Holanda, e que, encontrando no Recife a semente deixada pelos flamengos, deu ao sobrado magro dessa cidade o máximo esplendor do seu género: «os sobrados másculos» de cinco e seis andares, fora os sótãos (16). De facto, o capítulo III do seu livro é consagrado à demonstração das origens holandesas das casas daquele tipo de Lisboa e do Porto, baseada na existência das importantíssimas relações comerciais entre Portugal e a Flandres, datando já dos primeiros tempos da nacionalidade, muito antes do século XVI e portanto da época holandesa do Recife; do mesmo modo que na pintura quincentista portuguesa, a influência flamenga teria sido decisiva na casa esguia e alta das zonas portuárias portuguesas. E invoca Júlio Dantas, que fala nos «telhados flamengos» da Rua dos Mercadores de Lisboa do século XVI, comparado-a a uma rua da moderna Bruges; e também Ramalho, que, nas suas aproximações da casa do Porto e de Amsterdam, fala na «flamenga rua da Reboleira», onde «mais se concretiza a influência dos flamengos sobre a casa de muitos andares das zonas portuárias de Lisboa, do Porto e do Recife» (17). É por isso que o sobrado magro se estendeu a outras cidades portuárias do Brasil, como a Bahia, o Rio de Janeiro, etc.; mas enquanto que nessas cidades o sobrado é «muito menos magro e quase sempre mais baixo», com ornatos rococó e telhados «chatos» a evidenciarem influências portuguesas, no Recife a herança directa holandesa preservou

a linha «enxuta» e estreme das fachadas, que domina até o barroco das suas igrejas mais antigas, e que se reflecte nesse elemento psico-cultural a que alude Gilberto Freyre (18).

Note-se que esta afirmação abre novas perspectivas à problemática histórica do assunto. Admitindo-se, na elaboração do sobrado magro recifense, uma influência holandesa indirecta, via Lisboa ou Porto, não só se diminui a força da imposição geográfica, que os portugueses desconheciam na sua agudeza maior, na criação dessa casa, mas também se afirma a sua origem portuguesa directa, embora numa forma modelada por certos traços mais especificamente flamengos, que subsistiram no processo de aculturação que ali teve lugar, pondo-se primariamente em causa a questão da origem a casa esguia e alta portuguesa.

A tese flamenga de Aderbal Jurema parte fundamentalmente de uma antinomia essencial entre dois tipos de construções que existem ou existiam no Recife, com características opostas que correspondem a uma dualidade nítida de origens nacionais; ela resume-se nas seguintes palavras: «No que se refere às construções civis de Portugal e da Holanda, parece-nos que o espírito do barroco lusitano — de linhas horizontais — encontrou na adaptação ao trópico, ficando-se na terra pelas raízes da cana de açúcar, um motivo ecológico de aculturação e acomodação patriarcal que mais se acentuou nas casas alpendradas, derramando-se pelas colinas. Enquanto isso, o sobrado magro holandês, principalmente o de zonas lacustres como Amsterdam, buscava nas alagadas e estreitas planuras recifenses o seu húmus para florescer. Daí a casa portuguesa pesadona, de paredes grossas, feitas com pedra, sugerir um barroco agrário... e o sobrado alto, esguio como um coqueiro, já se entremostrando nas gravuras de Post, ter servido socialmente de casa burguesa, no seu significado mais mercantil, com a associação da morada, nos andares superiores, à utilização do térreo para estabelecimentos

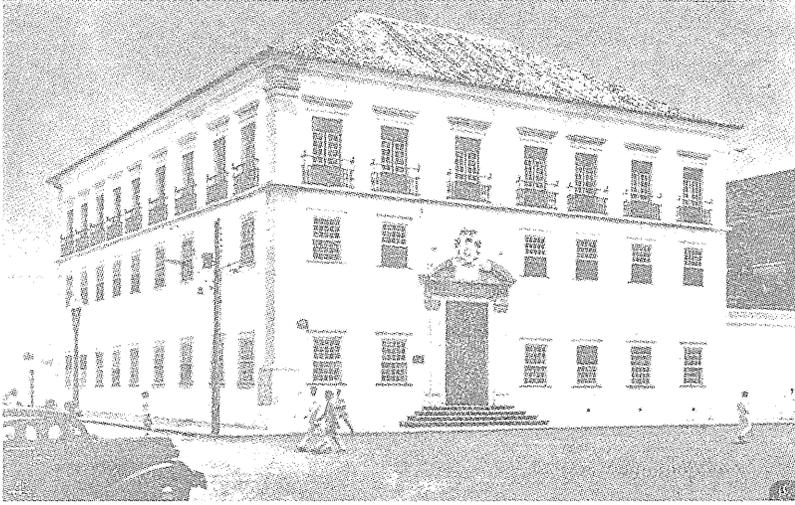


Fig. 5 — Baía (Salvador) — Palácio Arquiepiscopal. Modelo de construção nobre do começo do século XVIII, com antiga e bela portada, escadaria e salão com tectos e painéis. Era ligada por um passadiço com a Igreja da Sé, já destruída.

(Fot. de Voltaire Fraga).



Fig. 6 — Porto (Carmo).

comerciais. Estilo de casa coerente com o espírito mercantilista da época, e que, premido pela exiguidade de terreno, tanto em Amsterdam como no Recife, consegue burguêsmente reunir o útil ao agradável» (19). Da complexa descrição que desses dois tipos, que se vai fazendo ao longo do livro que estudamos, eles podem definir-se como segue:

a) Por um lado, casas de rés-do-chão e andar, de linhas horizontais, «pesadonas» e «acaçapadas», com telhados de quatro águas, e com o aspecto atarracado das construções barrocas portuguesas; com paredes grossas de pedra, e esquinas, soleiras e ombreiras de cantaria, é a casa rural, e também o «sobrado patriarcal urbano» do Recife, que descende em linha recta das casas da primitiva Olinda — é portanto a casa de Olinda, de origem portuguesa (20).

b) Por outro lado, em constraste marcado com essas, e indicando conjecturalmente a sua origem holandesa, casas esguias, com fachadas por vezes notavelmente exíguas e «magras», e que no século XIX atingem cinco e seis andares, de «altas empenas laterais» geralmente em tijolo, sobre os quais assentam telhados de duas águas, na direcção frente-fundo, que o Autor qualifica de «agudos», «pontudos», «íngremes» e até «a pique», acentuando a sua forma e semelhança com o «gable» da casa de Amsterdam, que tivesse mudado de direcção (21). Estas características, que ainda hoje constituem o traço visual predominante na paisagem urbana recifense, parecem-lhe representar uma versão nacional do «gable» holandês, e devem a sua expansão ao facto de permitirem a utilização do sótão com um andar suplementar, que não impõe a elevação das paredes mestras, com a vantagem ainda, perante o telhado de quatro águas, de exigir menos madeira, escassa na região. Elas generalizaram-se na verdade depois da ocupação holandesa, representando soluções de alargamento de espaço para acomodações, que nessa altura se tornaram particular-

mente desejáveis, e que os holandeses conheciam; acresce que só pelo emprego de tijolo foram possíveis os arrojados de tais empenas, e que esse material passou a ser de uso corrente só depois daquele acontecimento (22).

Como soluções de finalidade funcional — que também parecem indigitar a origem holandesa deste tipo de casa —, para ventilação e iluminação dos sótãos, são correntes além das janelas rasgadas nos próprios outões, sempre que tal é possível, os «lanternins», que se elevam acima do cume do telhado, e mostram um tejadilho independente, também de duas águas; as «trapeiras», ou águas-furtadas, que o Autor considera de um «velho estilo ibérico» de inspiração mourisca ou romana, e que são gerais em toda a Europa; e os «mirantes», que embora possam ter sido de origem flamenga, seriam substituídos pelos miradouros portugueses, existindo em várias cidades do Brasil, e funcionais também em relação à observação de entradas e saídas dos navios. E, como elementos acessórios, podemos ainda indicar; «muxarabis» ou «quase-muxarabis»; beirais «de pagode chinês», largos (23), arrematados em «cauda de andorinha» ou «à feição de pombo», traduzindo influências sino-japonesas, importadas no Recife e em Portugal «pelos mestres lusitanos que praticaram nas colónias asiáticas do Reino» (24); gelosias; janelas corrediças, com vidraças, de influência inglesa (25) portadas ibéricas; e, mais raros no Recife, arcos «de inspiração florentina» (26) — «tudo isto... coexistindo dentro do perfil vertical de altos e estreitos sobrados com tectos pontudos «à moda de Olanda» (27). É ainda o azulejo que tem no Recife a área da sua maior utilização, e que Gilberto Freyre considera de origem portuguesa, contra os que querem ver nele uma manifestação do asseio tradicional holandês (28).

Foi esta a casa de que, segundo o Autor, os holandeses lançaram a semente no Recife no século XVII, embora então ela

não tenha ultrapassado o nível de dois ou três pisos; nos séculos XVIII e XIX ela desenvolve-se notavelmente, já porque a proverbial plasticidade do português o levou a adoptar o ritmo vertical da construção batava, já porque a própria construção portuária metropolitana, que ele repetia nos trópicos, acentuava aqueles caracteres, por influência directa da Holanda sobre Portugal; já ainda porque ela era «funcional e burguêsmente rica de acomodações para o tipo de sociedade que, no Recife, se iria desenvolver nos séculos XVIII e XIX» (29), dando-se assim uma complexa convergência de motivações: dupla influência formal directa e indirecta da Holanda, «via Portugal», e dupla influência funcional, portuária e burguesa: tipo híbrido de residência e loja — por vezes de seis andares, e onde as actividades familiares decorrem em sentido «quase puramente vertical», com os estabelecimentos, armazéns ou sanzalas para os criados no térreo, escritórios no segundo andar, e a parte residencial nos demais: salas de visitas e quartos de dormir nos seguintes, salas de jantar em cima, a cozinha no último ou no sótão, onde se situam também as outras ocupações domésticas e onde vive e trabalha todo o elemento feminino da casa (30), e ainda, acima, um «mirante ou cocuruto onde se podia observar a cidade e admirar a vista dos arredores» —, nestes sobrados (e de resto também nos do mesmo género que, por influência portuguesa, se encontram, menos altos e magros, noutras cidades do Brasil) «situaram-se estilos de vida luso-brasileira bem característicos do período de transição entre o declínio do patriarcalismo rural e o desenvolvimento do urbano»: própria fundamentalmente da gente burguesa comerciante do século XIX, esta forma é adoptada pelos senhores de engenho, «atraídos pelas seduções da vida mundana da capital e pela agradável vista do mar que se descortinava dos altos miradouros» (31), podendo considerar-se a casa típica do recifense mais rico — o comissário do açúcar —, símbolo da prosperidade que atingiram

então esses «fidalgos do comércio», que, a despeito das reduzidas possibilidades que oferece, nela vive com o mesmo luxo e largueza que nas casas grandes; ao mesmo tempo que, noutros níveis, mas em conceitos afins, ela é, do mesmo modo, a residência das classes inferiores da sociedade.

Não nos compete, de modo nenhum, tomar posição nem parte na controvérsia, mesmo porque conhecemos o sobrado recifense apenas através das descrições de Gilberto Freyre e Aderbal Jurema, e das gravuras que ilustram o livro deste Autor que vimos comentando. Perante esses dados, porém, a comparação entre os tipos habitacionais do Recife e do Porto impõe-se categoricamente, sugerindo uma relação estreita, se não decisiva, entre ambos: a semelhança visual é irrecusável, e o próprio Gilberto Freyre, nas suas recentes «Aventura e Rotina» a acusa dizendo: «Eu revejo e os outros... vêm pela primeira vez a cidade do Porto... e... concordamos em achar nos sobrados alguma coisa dos recifenses» (32).

O Porto, com efeito, oferece, neste caso, o interesse especial não só de ser, como o Recife, uma cidade em que a casa esguia portuguesa tem uma preeminência tal — ela representa verdadeiramente a casa típica da cidade, constituindo a quase totalidade das suas construções civis —, que acentua com mais clareza do que em qualquer outro caso os seus caracteres específicos, significado, implicações e traços de origem, mas também o de possuir uma estrutura social peculiar e bem definida no conjunto nacional, que indica nitidamente a natureza dessa casa: o Porto é ao mesmo tempo uma cidade de estatuto burguês expresso, e uma cidade constituída por casas esguias e altas — o que prova que, entre nós, a casa esguia e alta é, na verdade, a casa burguesa. Vamos por isso tentar a sua análise um pouco mais atenta, convencidos de que ela trará elementos novos à interpretação do

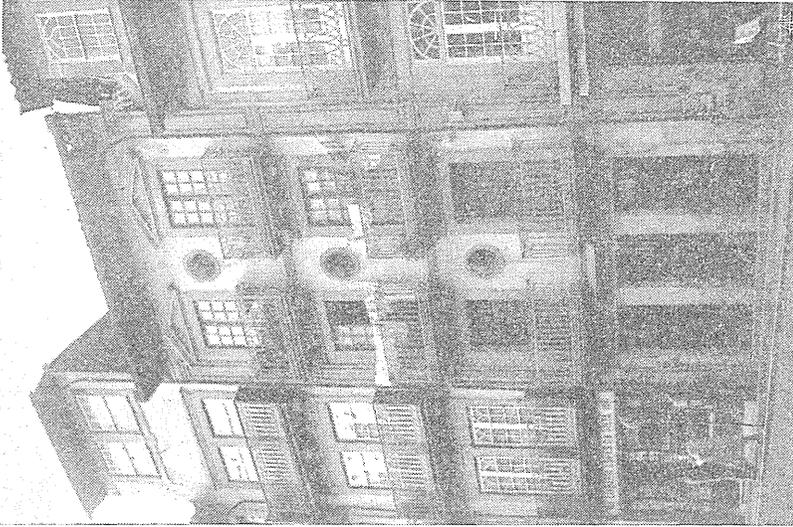


Fig. 8 — Porto — Rua Chã.



Fig. 7 — Porto — Rua da Bandeirinha.

sobrado de Recife, considerando especialmente e seu aspecto geral, e certos traços basilares que Aderbal Jurema destaca na sua caracterização desta última.

O Porto representa o desenvolvimento do vetusto Portucale — o porto, situado à beira-rio Douro, da cidade castreja de Cale, localizada na escarpa, hoje arrasada, que, nos nossos dias ainda, levava o nome Corpo-da-Guarda e Cimo-de-Vila, um pouco ao norte do morro da Sé — . O aglomerado ribeirinho teria sido mais um desses povoados que surgiram com a paz romana, a partir da ocupação das terras baixas pelas gentes castrejas que abandonaram os seus redutos, e, aqui, se instalaram no local onde o desembarque da travessia do rio é o ponto da partida de penetração para o interior. Logo na sua remota origem, portanto, o Porto liga-se a actividades portuárias, de circulação e comércio, e este carácter, que lhe dará o nome, subsistirá através de toda a vida da cidade, definindo-se, com o decorrer dos tempos, de modo cada vez mais consequente.

No século VI constituiu-se o burgo episcopal, no cerro amuralhado da Pena Ventosa, no morro da Sé, que domina estrategicamente a zona fluvial: os bispos são os únicos senhores da cidade, mas é na faina da vila baixa que verdadeiramente germina o seu futuro.

D. Teresa dá o burgo portuense e o vasto couto que o rodeia em concessão à mitra, que em 1123 outorga foral aos respectivos habitantes, fixando-lhes as suas liberdades, direitos e garantias; e à sombra deste diploma, a cidade prospera, em crescimento constante, enchendo-se de uma população laboriosa e activa, mercadora e fabril, que vai povoando o fronteiro morro da Vitória, englobado mais tarde na cerca fernandina.

A indústria e o comércio — e principalmente o comércio marítimo — são pois desde a primeira hora, os traços que definem a personalidade social do Porto, e a quem a cidade deverá o seu

engrandecimento e riqueza. Temos notícia de importantíssimas relações comerciais que, desde os primórdios da monarquia, o Porto mantinha com a França, Inglaterra e Flandres, por meio das naus que demandavam a barra do Douro e fundeavam em frente à Ribeira. Na defesa dessa actividade, que no próprio dizer dos procuradores do Porto às côrtes de Évora de 1436, justificava o povoamento da cidade e constituía a mola real da sua prosperidade, os diferentes monarcas, incluindo D. Afonso V, concedem à cidade o privilégio que proibia aos nobres a posse de casas e a residência no Porto por mais de três dias, pondo desse modo uma população ciosa da independência a quem devia a sua riqueza, e cuja actividade obrigava a longas ausências, ao abrigo das exacções e desmandos de uma fidalguia prepotente.

Até ao século XVI, a cidade compunha-se pois exclusivamente dessa gente comerciante e mesteiral, habitando então os bairros da Sé e da Vitória, com os seus negócios e as «bandeiras» dos seus officios arruadas à maneira medieval. Em 1502, D. Manuel, com a sua política de centralização absolutista apoiada na nobreza, permite a esta classe a edificação de casas e a residência no Porto, derogando o privilégio burguês que tão caro era aos tripeiros. Mas o carácter e a fisionomia sociais do Porto, anteriormente fixados, mantiveram-se e prevaleceram mesmo depois disso, e ainda hoje, para lá do nivelamento que apaga todos os regionalismos, distinguem a estranha metrópole norte-nha: terra que não tivera senhores poderosos e opulentos por direito de nascença, e onde a nobreza era uma classe intrusa, recente, sem prestígio, encarada mesmo com hostilidade, e sem direitos ancestrais, o Porto, como outrora, continuou — e continua — a ser a cidade industriosa, comerciante e plebeia, para quem é válida, acima de todas as demais, a escala dos valores materiais, do trabalho, da economia e do dinheiro. Gilberto Freyre sente no Porto «a presença do novo-rico, o ímpeto do

arrivista, e até mesmo algum exibicionismo de *parvenu*» (33); mas a esta visão, de certo modo exacta, falta a perspectiva histórica e social da cidade: não se trata bem do novo-rico, do arrivista, do *parvenu* característico: — é antes o natural de uma cidade que desde sempre foi rica, e em que o dinheiro é o prémio da sua cultura específica, dos seus valores, da sua vitalidade. A riqueza tripeira representa um labor de tal vulto e valor construtivo, que os próprios reis, em muitos casos, a nobilitaram especialmente. O Porto é de facto a cidade burguesa de Portugal, mas, por isso mesmo, a burguesia do Porto tem um sentido especial, diverso do que tem a burguesia nas outras terras do país: aqui, o trabalho e o comércio ascendem ao nível da nobreza, à semelhança do que acontecia nas cidades burguesas das ligas hanseáticas, da Holanda, da Flandres; e há nomes que figuram na tabuleta de casas comerciais, que valem títulos nobiliárquicos. A nobreza qualificada do resto do País, na sua aversão às profissões mercantis, fechada num conceito cerrado de casta e só reconhecendo direitos de cidadania a quem ela pertencesse, continuou durante muito tempo a «não saber quem eram» os grandes nomes burgueses do Porto, que eram ricos porque trabalhavam; confundiam-nos com a arraia-miúda e com a menos significativa classe média das outras terras, que vivia abaixo dela e à sua sombra. E não percebia que a burguesia do Porto era um caso único e à parte, representando ali a classe mais elevada, uma aristocracia comercial que era o verdadeiro senhorio da cidade, que não reconhecia nenhuma classe acima de si, e perante quem a nobreza tinha — e teve — de se curvar. De geração em geração, a sua riqueza transforma-se numa verdadeira cultura superior, sólidamente estruturada, apurada e original. A nobreza é uma classe adventícia, intrusa e estranha na cidade, que, em muitos casos, ingressa no comércio e adopta os padrões da classe. É a burguesia quem imprime ao Porto o tom próprio de um

viver que fez a sua personalidade e a sua dignidade, e se tornou característico: menos elegante e requintado, sofisticado e brilhante do que profundamente decente, sólido, equilibrado e sisudo; rico, sério e sóbrio, vivendo largamente, por vezes com ostentação mas sem aparato, de contas boas e sãs, nada boémio nem vadio, desconfiado de prodigalidades. Numa evolução progressiva, a partir da distinção que já no século XV se estabelece entre burgueses e mesterais — os cidadãos, enriquecidos com o comércio, especialmente marítimo, e o povo miúdo — ela vai-se diferenciando em hierarquias muito nítidas, que se evidenciam com especial relevo no século XIX. Essa época, que marca uma grande diferença no viver tripeiro, nos seus modos e conceitos, e que coincide — e certamente não por acaso — com o advento do liberalismo, em que a burguesia atinge o seu pleno desenvolvimento, assiste a grandes mudanças e fenómenos sociais, e a um intenso e complexo fenómeno de urbanismo já muito diversificado. Depois da celebração do tratado de Methwen, com a Inglaterra, em 1703, ao mesmo tempo que o comércio do vinho do Porto tomava um incremento quantitativo e qualitativo notável, a sociedade portuense é posta em contacto íntimo com a colónia inglesa, cujo viver típico muito iria influenciar certas camadas sociais da cidade. O vinho do Porto, na verdade, não é apenas um produto da terra senhorial; ele pressupõe uma comercialização complexa e especial, que de certo modo exprime o sentido mais subtil da burguesia do Porto. E como a propósito dos commissários de açúcar do Recife, na expressão de Gilberto Freyre, também os comerciantes do vinho de Porto serão na cidade: os fidalgos do comércio — fidalgos, de facto, de longa e apurada tradição de bem viver. Nestas esferas mais elevadas, vemos a burguesia do Porto, fechada a loja, procurar requintes de ambiente e de convívio, cultivar a música e as artes, ler, viajar, instruir-se e falar línguas; educa os filhos em Inglaterra, faz uma vida social



Fig. 9 — Porto — Praça
Almeida Garrett.

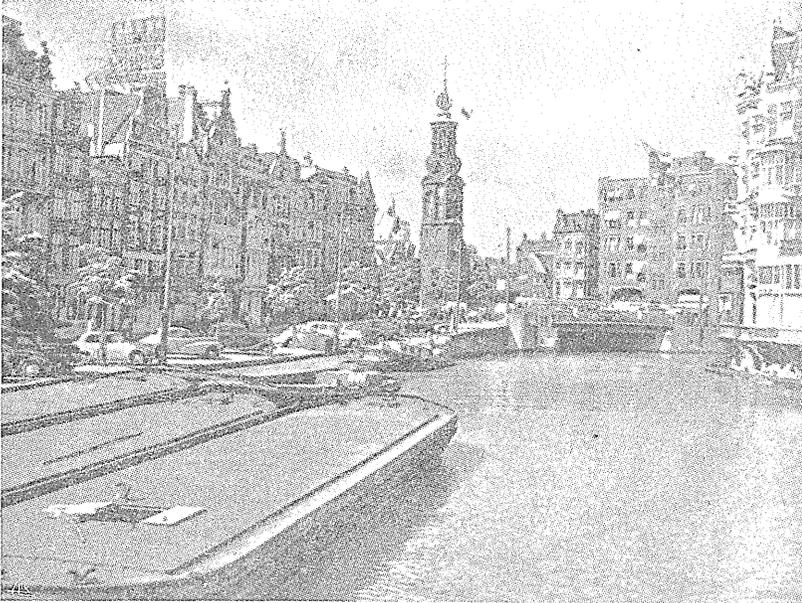


Fig. 10 — Amsterdam, Muntplein.

intensa, ao mesmo tempo familiar e formal, provinciana e mundana, marcadamente patriarcal, e que não precisa de imitar a nobreza para afirmar os seus valores próprios. É também então que se opera a aproximação e a fusão progressiva dos extractos burguês e nobre do cidade, por uma espécie de aculturação de conceitos, até aí exclusivos de cada um deles. Finalmente — e é esse um ponto que consideramos de importância fundamental —, o século XIX é a época em que se verifica, por muitos lados, o retorno do emigrante português enriquecido no Brasil, que constitui um poderoso elemento de difusão cultural, que não tem sido devidamente considerado; muitos elementos que se encontram simultâneamente em Portugal e no Brasil, não são possivelmente formas portuguesas que foram levadas para uma terra de povoação mais recente, mas, pelo contrário, produtos elaborados nesse país de tão ricos contactos e relações de culturas, e para aqui trazidos pelo veículo do emigrante de retorno, que no seu desejo de ostentação, repete aquilo que aprendeu onde se fez grande. O estudo desses elementos culturais está por fazer, e merece a atenção, necessariamente conjunta, da investigação portuguesa e brasileira.

A casa portuense traduz todo este quadro histórico-social, como um corpo vivo que tem no homem a sua realidade verdadeira e mais funda. O velho centro do Porto, ao lado do burgo medieval, que se espraia aqui e além em belas ruas quinhentistas, e as suas imediações — antiquadas ruas irradiantes, seis, sete e oitocentistas, que representam o primeiro transbordar além-muralhas desse burgo primitivo, e o povoamento das estradas de acesso às portas da cidade e suas áreas, é composto fundamentalmente por edifícios, na sua maioria dos séculos XVII, XVIII e XIX que se podem agrupar em duas categorias perfeitamente distintas: por um lado, num desfiar sem conta, seguindo-se umas às outras ao longo de todas essas ruas, casas com um número variável de

andares — na sua maioria com três ou quatro, fora os acréscimos, e não raro com cinco e mais, e com duas ou três janelas de frente, raramente com mais, e às vezes só com uma — mas todas elas uniformemente esguias, estreitas e altas, desenvolvendo-se, numa palavra, em solução vertical; por outro, dispersas no meio delas, outras casas, largas e baixas, de amplas fachadas em linhas horizontais, compostas fundamentalmente de rés-do-chão e andar nobre, com numerosas portas e janelas, e enriquecidas muitas vezes com um mezzanino ou um piso suplementar de serviço, que servem de pretexto a primores architectónicos que os mascaram, pertencendo, numa palavra, claramente à categoria de palácios: as primeiras, com predomínio numérico decisivo sobre as segundas; estas, raras e isoladas, bem individualizadas no meio das primeiras, em contraste marcado com essas, e muito mais avultadas, individualmente, do que elas.

Esta distinção elementar e expressiva corresponde visivelmente a uma dualidade fundamental de níveis económicos e sociais: a casa estreita e alta, no Porto como por toda a parte em geral, constitui, na sua forma e sentido originários, um tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial simultaneamente, referidos à mesma família, estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade da gente de que é própria, que tinha as suas lojas, armazéns ou oficinas, no rés-do-chão, junto à rua, abertas ao público, e habitava, sem qualquer aparato, os andares superiores, correndo assim os ferrolhos da casa, à noite, como gostam de fazer todos aqueles a quem o dinheiro custa a ganhar, e dormindo sobre a sua mercadoria; ela é, por outras palavras, a casa popular e burguesa, estreita por economia de terreno e de manutenção, a casa independente, cujo carácter híbrido é atestado pela existência, sem excepção, de pelo menos duas portas sempre: uma, da residência, e outra, da loja; e também, muitas vezes, de soluções especiais

de comunicação entre esses dois sectores, tais como escadas privativas ou alçapões entre os andares superiores e o rés-do-chão. Por seu turno, a casa larga e de rés-do-chão e andar — o palácio —, é a casa nobre, própria originariamente duma classe poderosa e terratenente, para quem a largueza de espaço é afirmação de prestígio e domínio, que transferiu para a cidade o conceito da casa senhorial do campo, e fez da sua residência uma espécie de solar urbano à beira-rua; casa duma classe que, além disso, vivia de benefícios e não de mesteres ou ofícios mercantis que impusessem ajustamentos funcionais a eles subordinados, e em que, pelo contrário, à semelhança do que sucedia nos paços reais, que representavam, grande parte é concedida, por dever de estado, ao aparato das salas de recepção.

Casas esguias e palácios não constituem, de modo nenhum, soluções peculiares e privativas do Porto. O palácio tripeiro, na sua estrutura geral, é uma forma comum europeia, e, nos seus pormenores, parece representar apenas a transposição para o Porto do tipo corrente do solar urbano nortenho, seis ou mais geralmente setecentista, nomeadamente das regiões de granito, com a pompa das suas janelas, sacadas, portais e brasões joaninos, os seus vastos átrios com escadaria de pedra lavrada ao fundo, curvando por vezes num patamar de coluna, desdobrando-se normalmente em dois lanços, com as dependências de serviço no rés-do-chão, e, no andar nobre, sobre a frente, a enfiada das salas de recepção, abrindo umas sobre as outras. A casa esguia e alta, pelo seu lado, é um tipo urbano também vulgar no país, especialmente no norte, onde aparece em termos estreitamente semelhantes àqueles em que a encontramos no Porto, e até, como dissemos atrás, em numerosos países europeus, nomeadamente nas zonas portuárias, correspondendo, por toda a parte ao extracto popular e burguês da população, aos artífices e comerciantes de áreas limitadas e densamente povoadas. A origi-

nalidade do Porto está em que, no velho coração evoluído da cidade, onde se elaborou a cultura específica da cidade, e que corresponde ao seu significado tradicional, há apenas, praticamente, casas esguias, cada qual de sua altura, e alguns raros palácios, num contraste perfeitamente demarcado das duas formas. As soluções fundamentais da habitação citadina — a horizontalidade e a verticalidade —, cuja combinação nos largos prédios comuns, de grande número de pisos, faz os conjuntos ordenados e as perspectivas unitárias das cidades de tipo europeu, estremam-se — ou estremavam-se até há pouco —, no Porto, radicalmente. O Porto é uma cidade grande, feita de casas pequenas e irregulares — e, aqui e além, uns raros palácios discretos. E é precisamente essa antinomia estreme e exclusiva, e sobretudo a maioria esmagadora de casas estreitas e de tamanhos variáveis, que nos dá a razão da desordem aparente da paisagem visual do Porto: ruas caprichosas, promíscuas, falhas de grandeza e unidade, assemelhando-se a prateleiras de livros avulsos, que, no aspecto exterior do caso, mereceram de Garrett o epíteto de «Grande aldeão», mas plenas de imprevisto e colorido, de um pitoresco extremo, rude e variado, com toda a riqueza expressiva da própria desordem, numa paisagem de burgo medievo assente numa orografia violenta e inquieta, com cerros castrejos de permeio, ladeiras íngremes, escarpas a pique sobre o rio, com o casario despenhado em desníveis surpreendentes, lembrando velhas gravuras animadas. E não podemos deixar de pensar nas palavras com que Aderbal Jurema indica uma antinomia idêntica nas casas do Recife, que criam, como no Porto, «uma diversidade arquitectónica de tão ricas sugestões estéticas, que poucas cidades do Brasil apresentam» (34).

Mas o Porto, sob o ponto de vista habitacional, oferece ainda outra peculiaridade, que, do mesmo modo, encontramos na descrição que Gilberto Freyre e Aderbal Jurema fazem do



Fig. 11 — Amsterdam, Oudezids Achterburgwal.

Recife: enquanto que por toda a parte, de um modo geral, a casa estreita e alta — a casa burguesa, que aí é da classe média — é uma casa modesta, inexpressiva, talvez mesmo mesquinha, traduzindo o viver de uma classe excluída das manifestações mais representativas da sociedade local, que quando muito procura, no seu modo de viver, dar satisfação a um desejo tosco de ostentação, no Porto essa é a casa de toda a gente, e por isso ela apresenta por vezes requintes que transcendem o tipo comum, assemelhando-se, em muitos dos seus elementos, aos palácios nobres: fachadas em que se acentua o ritmo vertical, mas em belas cantarias lavradas como nos solares joaninos; beirais de faiança; átrios de azulejos com estreitas escadarias de pedra terminando em belos modilhões ao gosto seiscentista; interiormente, elas são sem dúvida desse sistema pobre a que Ramalho, comparando-as com as holandesas de Amsterdam, chama «de alforje», imposto pela sua estrutura, e também por uma ética tradicional de vida vertical: salas para a frente e para as traseiras, a sala de jantar e a cozinha no último andar — com os galegos agua-deiros, tal como os moleques escravos do Recife, galgando as escadas com os canecos de água dos fontenários ao ombro —, por causa dos incêndios e dos cheiros; os sótãos — a que o Padre Rebelo da Costa chama as «sobrecozinhas» — para arrumações e alojamento de criadagem; e, a meio, a escada, iluminada por óculos ou clarabóias — e, no rés-do-chão, sobre a rua, o estabelecimento. O grande desenvolvimento da cidade, a partir do século XVII, e o incremento da riqueza que então se dá, a que talvez não seja estranho o movimento da Restauração, acarretou sem dúvida uma progressiva diferenciação económica, que se reflecte directamente nas casas: aparecem casas grandes e pequenas, ricas e singelas tanto interior como exteriormente; mas à parte os palácios, nobres ou burgueses, que serão sempre raros, a casa tripeira, mesmo a de gente de grandes haveres e sob

muitos aspectos equiparada ao nobre, continua a ser esguia e alta, híbrida e funcional, dentro do tipo fixado; e muitas vezes — o que é um aspecto social característico da casa do Porto —, uma casa da aparência modesta pertence a uma família de burgueses ricos e de projecção na vida social, e é interiormente opulenta: na sua simplicidade utilitária, as madeiras são muitas vezes preciosas, de paus do Brasil, rosa ou cetim; os tectos, de caixoiões barrocos, de castanho, geralmente decorados com pinturas ornamentais, ou em finos estuques no mais puro gosto Adam ou Wedgewood, testemunhando influências inglesas, quando não nos exuberantes motivos da época vitoriana, que têm uma versão muito corrente na província minhota; as portas são de belas almofadas entalhadas, pintadas a branco ou ouro, com espelhos de madreperola ou marfim; as vidraças, com bandeiras de desenho pós-georgeanos; fogões de mármore famosos; lustres de cristal, jóias e pratas de valor, delicados móveis e porcelanas inglesas ou orientais, bibliotecas ou colecções valiosas, uma mesa farta e cuidada, vinhos afamados — tudo isso testemunhando, nesses níveis mais altos, um viver patricio em casa burguesa — um viver largo em casa estreita e vertical — que era o verdadeiro sentido da cultura tradicional do Porto.

Acompanhando a evolução dos conceitos sociais pelas razões que atrás apontamos — novos matizes sociais, contactos com a classe nobre e a sociedade inglesa, e talvez certas noções próprias de romantismo — surgem no século XIX conceitos habitacionais diferentes e novos tipos de residência urbana: além de se generalizar o costume de passar o verão fora da cidade, em quintas suburbanas ou à beira-mar, a casa da cidade deixa de ser funcional, dissociando-se a residência e a loja, aparecendo casas só residenciais; mas — e é esse o fenómeno mais significativo e original, no que respeita à casa do Porto — estas, agora já apenas por razões de inércia cultural, mantêm o tipo estreito

e alto, em que, em vez da loja, fica no rés-do-chão uma sala, com janelas gradeadas sobre a rua. E este tipo cultural perderá como tal no Porto até aos nossos dias, aparecendo ainda hoje nos prédios de andares, em concreto.

No Porto, portanto, encontram-se, como no Recife, casas estreitas e altas, e casas largas e amplas, com predomínio decisivo das primeiras sobre as outras. E a distinção, de base morfológica, que a respeito do Recife, Jurema faz entre casa portuguesa e casa holandesa, corresponde precisamente àquele que, no Porto, fizemos entre casa nobre e casa burguesa. Os dois opostos acham-se no Porto claramente documentados, em termos que se nos afiguram perfeitamente idênticos aos de Recife, e, aos nossos olhos, tal distinção exprime, não uma dualidade de origens, mas sim, dentro dos dois tipos portugueses fundamentais, dualidade de funções sociais: a casa «acaçapada», de linhas horizontais barrocas, de Olinda, é a casa larga e ampla — a casa nobre; o «sobrado magro», do Recife, é a casa esguia e alta — a casa burguesa. Para um portuense, muito em especial, a casa de linhas horizontais, não é de modo nenhum «a casa portuguesa», por oposição a uma casa esguia não portuguesa: ela é apenas a casa nobre, apalaçada, por oposição à casa não nobre — esta última, na velha cidade burguesa nortenha, verdadeira casa regional — a única que, desde sempre ele conheceu como tal —. E a correspondência que apontamos toma um sentido mais sugestivo ainda, se pensarmos que a «casa portuguesa» de Jurema — a nossa casa nobre —, é precisamente a casa de Olinda, a velha cidade da época das Capitánias, fundada pela nobreza militar de Duarte Coelho; enquanto que a «casa holandesa» de Jurema, — a nossa casa burguesa mercantil — é a casa do Recife, a cidade da burguesia comerciante.

No Porto, estas casas, na sua maioria, apresentam-se como edifícios dos séculos XVII, XVIII e XIX, com três andares

acima do rés-do-chão, fora os acréscimos, e com duas ou três janelas de frente; em certas ruas, porém, vêem-se prédios com quatro e mais andares, às vezes seis e sete. As fachadas são de uma grande simplicidade de linhas e certeza de estilo, de desenho regular e simétrico, mais sóbrias e severas no século XVII, mais graciosas e movimentadas no século XVIII; elas compõem-se fundamentalmente de combinações variadas e harmoniosas de janelas, óculos e varandas — estas, que podem ser individuais ou corridas a toda a largura do prédio, mas sempre estreitas, abertas, com guardas de ferro, e com a maior importância ornamental — dispostas de modo diverso nos diferentes andares, o último dos quais se assinala geralmente por qualquer particularidade distintiva que o destaca dos demais, como por exemplo ser mais baixo do que os outros, mostrando uma varanda acima de um falso beiral ou cornija, ou apresentar certas soluções típicas mais elaboradas, tais como frontões, em tímpano perfeito, truncado ou imperfeito, ou falsos frontões, incluídos na estrutura do edifício e completando a linha da sua fachada (35). Raramente com a pedra à vista, essas frontarias são em geral lisas e rebocadas a branco ou outra cor, mostrando, em destaque, grande variedade de motivos decorativos e orgânicos — molduras, pilastras, cornijas, óculos, nichos, mísulas; belíssimos entablamentos e cachorros de varandas e beirais, e ainda esses notáveis algerozes que parecem representar uma última forma das gárgulas góticas — no magnífico granito escuro e duro da região, e que ora se filiam em correntes gerais europeias pós-renascentistas, ora se podem considerar versões do barroco nacional e até provincial, aparecendo, com datas anteriores, em casas nobres de Entre Douro e Minho, nomeadamente em Viana do Castelo, Guimarães, Braga, Penafiel, etc., onde existe uma velhíssima e apurada tradição de cantarias, e donde teriam passado para a casa nobre do Porto, pelo veículo do artífice minhoto, popularizando-se em seguida por um processo normal



Fig. 12 — Amsterdam, Béguinage.

de difusão cultural a partir de elementos próprios originariamente de níveis sociais mais elevados.

No século XIX, as fachadas simplificam-se consideravelmente, desaparecendo praticamente os motivos ornamentais que as animam, e tornam-se pobres e monótonas; as varandas reduzem-se a uma pedra linear, e pode aqui dizer-se, como no Recife: fachadas enxutas e escorreitas, na sua pura verticalidade, que certos ornatos — guias de pedra, verticais, a toda a altura do edifício — por vezes acentuam e como que consagram. Este empobrecimento, de resto, é compensado pelo aparecimento de novos tipos residenciais mais luxuosos, nomeadamente o característico «palacete» tripeiro, misto de casa larga e casa burguesa, que é costume considerar, entre nós, próprio do «brasileiro» de retorno. Nessas fachadas lisas, generaliza-se o revestimento de azulejo, de desenhos singulares ou formando conjuntos; este sistema torna-se muito comum e vêmo-lo prolongar-se nos modernos edifícios em concreto, ajustado a técnicas e estéticas inieiramente novas; e lembramos que, no dizer de Gilberto Freyre, foi também no Recife que o sobrado de azulejo alcançou maior esplendor (36).

Vemos assim que, pelas características morfológicas da sua estrutura geral, e pelos seus pressupostos sociais e económicos, a casa esguia do Porto e o sobrado magro do Recife mostram um estreito parentesco. Vamos agora analisar certos traços especiais, que se vêem neste último, e que, segundo Jurema, indigitam a sua origem a partir de «raízes holandesas», marcando uma diferença nítida com os sobrados do mesmo tipo de outras cidades do Brasil: nomeadamente a forma peculiar dos telhados — de duas águas, íngremes e pontudos, apoiados em «altas empenas laterais», de forma a permitirem a utilização dos sótãos; e as diversas soluções de iluminação destes últimos.

Na verdade, a casa velha do Porto, quase sem excepção, tem um telhado de quatro águas, com os outões, portanto, horizontais,

e isto é sem dúvida uma diferença fundamental para com a casa do Recife. Nos prédios que rematam com frontões em tímpano perfeito, o telhado é de facto de duas águas, com o cume no sentido longitudinal do edifício; contudo, mesmo aí se afirma a velha forma das quatro águas, conforme se deduz da sua relação estrutural com o tímpano truncado, que acusa a existência das águas da frente, apenas interrompidas antes da sua terminação normal; e esta interpretação confirma-se com o facto de o frontão se elevar acima de um falso beiral ou cornija que indica a verdadeira linha do telhado frontal. E a força de persistência desta forma é tal, que em casas mais modernas, já com telhado de duas águas, os andares sobrepostos voltam a ter quatro águas; e muitas vezes, quando esses acréscimos ocupam todo o telhado, das originárias duas águas vê-se apenas a linha do beiral inclinado nas empenas laterais, com, à frente e atrás, o aumento correspondente ao acréscimo que atinge a altura do cume primitivo (37). Jurema, contudo, caracterizando o que entende por «casa portuguesa», parece associar indissolúvelmente a forma «acaçapada» e o telhado de quatro águas; de facto, a casa larga e ampla portuguesa tem geralmente o telhado de quatro águas; no Porto, porém, os telhados anteriores ao século XIX são de quatro águas, mas os prédios correspondentes não são, de modo nenhum, «acaçapados»: os dois traços dissociam-se nitidamente, e, pelo contrário, esses prédios são magros, por vezes magríssimos, como raros o serão no Recife ou em Amsterdam, com uma só janela entalada numa fachada estreita, e quatro ou cinco pisos (38).

Nestes velhos telhados, aparecem, como elemento característico, largos beirais salientes e acolhedores, que prolongam a água frontal; nas velhas casas de tabique, esse beiral assenta num entablamento de madeira, com os caibros à vista; depois do século XVII, aparecem os belos entablamentos de cantaria lavrada, assentes em cachorros também de cantaria, em diferentes estilos.

Esses beirais, de natureza francamente funcional em vista do clima pluvioso da cidade, são correntes, em termos mais singelos, nos centros urbanos de Entre Douro e Minho, em telha caleira e com os seus algerozes de pedra, como aqui; e vemos Gilberto Freyre mencioná-los em relação à casa do Brasil em geral (39), em telha «acanalada», e terminando em «cauda de andorinha», num estilo sino-japonês difundido pelos portugueses no ultramar. Deve-se acentuar que esse elemento, extremamente corrente em Portugal, especialmente no centro e sul do país, confere um aspecto muito familiar à casa recifense.

Depois do século XIX, generaliza-se o telhado de duas águas orientado como no Recife, e ao contrário da Holanda, na direcção frente-fundo, assente em empenas laterais que merecem muitas vezes sem dúvida o qualificativo de «íngremes» ou «pontudas», que Jurema aplica às das casas do Recife (40). As fachadas destas casas rematam, à frente, com um beiral mais estreito que os antigos, e também, muitas vezes, com uma platibanda, lisa ou de balaústres, cuja linha decorativa se completa em estátuas, urnas, vasos, ou pequenos frontões com medalhões, monogramas, ou outros motivos.

Os telhados de quatro águas, nas casas mais estreitas do Porto, podem ser tão baixos, que não seja possível o aproveitamento do seu vão para sótãos; logo porém que tal é possível, vemos surgir toda a espécie de soluções de iluminação desse espaço, desde o simples postigo que não altera a linha do telhado, até às várias formas de andares suplementares. Estes elementos, na sua imensa variedade, ainda mais acentuam a irregularidade e diversidade estruturais das fachadas; de resto, eles coexistem em diversas formas, no mesmo telhado, constituindo uma nota característica da casa do Porto, que anula qualquer vislumbre de ordenação dos aspectos de conjunto da cidade.

Nas casas com telhados de duas águas, o vão é sempre aproveitado para sótãos, facultando^e mais um andar sem aumento de altura das paredes mestras, mas apenas dos outões; esses sótãos mostram, além das demais soluções de iluminação, e sempre que as condições da casa o permitem, uma janela ou até uma sacada rasgada no outão, como no Recife (41).

O que contudo se pode afirmar é que, com muito raras excepções, todas as velhas casas do Porto destes tipos, com telhados de duas ou de quatro águas, apresentam, de uma maneira ou de outra, qualquer espécie de construções suplementares, que ora se enxertam no telhado principal e lhe aproveitam o vão, como as trapeiras, ora se elevam acima dele, como os mirantes (que parecem corresponder àquilo a que Jurema dá o nome de «lanternins», e que considera de origem holandesa), ou os andares sobrepostos que podem ser recuados, ou vir à face do prédio. Os andares sobrepostos recuados podem ser simples ou com varandim; e estes varandins (que, pelo seu turno, parecem corresponder àquilo a que Jurema dá o nome de «mirantes») podem rematar à frente com grades de ferro ou com a platibanda normal, e serem cobertos ou descobertos, e os primeiros abertos ou envidraçados; o tejadilho destes varandins cobertos, nos telhados de duas águas, insere-se a uma certa altura da água frontal, que acusa uma quebra característica. Estes varandins cobertos revestem geralmente formas de fantasia, com o tejadilho apoiado à frente em colunas ou arcarias, num estilo pretensamente exótico dos meados do século passado, com portas ogivadas e vidraças de cor. Em prédios isolados ou de esquina, o varandim corre a toda a volta do edifício.

As diversas formas de andares suplementares que mencionamos, são sempre em material pobre — tabique, nas mais antigas à vista, e nas mais recentes revestido de telha ou lousa a prumo, ou chapa, num sistema que, no que se refere principalmente aos

andares sobrepostos, constitui um género corrente nas construções do Minho, Douro e Trás-os-Montes. As três categorias fundamentais — trapeiras, mirantes e andares sobrepostos — distinguem-se não só sob o ponto de vista morfológico, mas também pelas suas funções específicas, tendo de comum apenas o propósito de aumento económico de espaço para acomodações: as trapeiras destinam-se a iluminar e altear um sector de sótão; os mirantes, à iluminação da escada central, aproximando-se portanto funcionalmente das clarabóias — que são também um elemento muito vulgar nas casas do Porto — das quais contudo se distinguem por consistirem, interiormente, numa galeria que pode ser utilizada; os andares sobrepostos são mais um pavimento que a casa adquire, de construção leve e barata, e que não exige grande resistência (42).

Esta enumeração basta para mostrar que, no Porto, o aproveitamento do vão dos telhados, com as suas diversas soluções de iluminação e ventilação, e de um modo geral os sistemas de andares suplementares de qualquer natureza, como soluções económicas de espaço, são de uso perfeitamente corrente e normal, sendo mesmo muito raros os casos em que eles não existem, e frequentes aqueles em que, no mesmo prédio, eles aparecem em mais do que uma forma. Eles revestem aqui formas perfeitamente comparáveis às que vemos no Recife, e a hipótese da origem holandesa destas últimas perde muito da sua força, uma vez que, para explicar a sua existência, não se pode falar no seu desconhecimento em Portugal, e fundá-las necessariamente no condicionalismo especial que justifica a casa portuária flamenga.

Se portanto os velhos telhados portuenses anteriores ao século XIX são na verdade de quatro águas, ao contrário do que sucede no Recife e na Holanda, esta diferença não exclui contudo a outra característica recifense que Jurema considera de origem

flamenga, com ela relacionada: o aproveitamento dos vãos para sótãos, e as suas várias soluções de iluminação. Acresce porém que o telhado de duas águas não é modo nenhum estranho em Portugal; com um significado certamente diferente do do telhado urbano evoluído do Recife, ele constitui, pelo contrário, uma das soluções primitivas da casa rural elementar portuguesa embora sem dúvida com um aspecto muito diverso do que aqui se trata — baixo e extremamente rústico (43); — e além disso, ele é principalmente o telhado normal da casa de muitas regiões do País, nomeadamente do Centro e do Sul, podendo-se mesmo dizer que em Lisboa e Coimbra ele aparece por vezes em termos perfeitamente idênticos aos que vemos no Recife (44).

Quanto ao uso do tijolo, que, segundo Aderbal Jurema, se generalizou nessa cidade a partir do período flamengo (45), embora tenha já sido aí usado pelos portugueses antes dos holandeses (46) há na verdade que reconhecer que, como material de construção exclusivo, ele não é característico da velha casa do Porto, tipicamente de granito e tabique; mas já o mesmo não sucede em várias outras regiões do País, muito especialmente na área mediterrânea, alentejana e algarvia, onde prolonga uma tradição que já vem da época romana; e mesmo no Porto, ele aparece mais modernamente, com muita frequência, recomendado pela sua leveza e maleabilidade, nos acréscimos dos telhados e nos andares suplementares, tão divulgados nos edifícios do século passado; e, numa utilização que reputamos do maior interesse, era com ele que se enchiam os espaços entre o barrotamento cruzado das paredes exteriores nas casas seis e setecentistas do bairro da Sé, construídas pelo sistema do «Fachwerk», entre nós irreconhecível sob a argamassa exterior que o escondia (47). De resto, a técnica flamenga e central-europeia da construção em tijolo confere aos edifícios um aspecto

totalmente diversos daquele que julgamos divisar através das velhas fotografias da cidade brasileira.

Em confronto portanto com o sobrado magro do Recife, tal como ele é descrito no texto e ilustrações do livro de Aderbal Jurema, parece-nos que a casa esguia e alta portuguesa — que no Porto afirma claramente o seu carácter de casa burguesa e mesteiral — é um elemento primordial de interpretação dessa forma architectónica.

De facto, nenhuma diferença fundamental vemos entre ambas: pelo contrário, os traços que, segundo esse Autor, definem a origem holandesa do sobrado recifense, por opposição a um tipo português, encontram-se afinal em outro tipo igualmente português, da mesma categoria, de modo perfeitamente semelhante; enquanto que alguns desses traços, idênticos em Portugal e no Recife, opõem ambas essas casas às holandesas, onde eles se apresentam diferentemente: pensamos designadamente na direcção dos telhados (no sentido frente-fundo em Portugal e no Recife, normalmente, e no sentido oposto nas cidades flamengas); nas várias formas de acréscimos dos telhados; na disposição interior das cozinhas (nos últimos andares no Porto e no Recife, e no rés-do-chão em Amsterdam) (48); etc.

Em glosa pois ao reparo de Gilberto Freyre, cremos poder afirmar que a uns olhos portugueses, atentos e desprevenidos, o sobrado magro recifense no seu aspecto estrutural e nos seus pormenores, apresenta-se como uma forma perfeitamente familiar, comparável e do mesmo nível de outras variantes da categoria geral das casas estreitas e altas de todo o País, influenciada ali possivelmente por quaisquer elementos locais de somenos importância.

Mas é sobretudo na ética da vida doméstica, e em tudo aquilo que, dessa ética, se traduz na casa — os conceitos habitacionais que fazem a verdadeira atmosfera interior da casa, e a

razão dos movimentos pessoais que nela têm lugar, a projecção material e imediata das próprias pessoas e da sua cultura: a aspecto convencional e hirto das salas, a falta de gosto e de conforto, o sentido *difuso* da varanda, como resultante de compromisso entre o recato clausttral feminino e a vida da rua, os cacos de vidro nos muros do jardim, etc. — que se sente o parentesco mais essencial entre o sobrado do Recife e a nossa casa esguia e alta (49), em contraste acentuado com os aspectos paralelos na casa holandesa, tão viva e pormenorizadamente dados, nos seus elementos materiais e na sua expressão psico-social, na pintura holandesa do século XVII, e, em nossos dias, na descrição de Ramalho (50).

Por outro lado, a hipótese, aventada por Aderbal Jurema, da origem flamenga da casa esguia e alta portuguesa em geral, afigura-se-nos totalmente destituída de fundamento. A casa deste tipo ocorre em todos os núcleos que se desenvolveram grandemente, a partir de um espaço limitado, independentemente de serem ou não zonas portuárias; é o que sucedeu em muitas das nossas velhas cidades, que em pleno século XVIII se adensavam ainda praticamente nos seus velhos centros medievais amuralhados. Um dos locais onde, entre nós, se podem ver casas estreitas mais altas, é na praça velha de Coimbra, com edifícios de oito pisos e mais. A existência das importantes relações comerciais e culturais entre os dois países, não basta para a fundamentar, quando é certo que esse é um tipo comum a inúmeras cidades europeias e quando nenhuns elementos concretos vemos que autorizem a aproximação dos modelos português e flamengo. Pelo contrário, o aspecto geral dos edifícios e das ruas, tão fortemente caracterizado no Porto, é totalmente estranho a qualquer sugestão flamenga; as frases de Ramalho e de Júlio Dantas, citadas por Jurema para fundamentar a sua tese — « a flamenga rua da Reboleira » (no Porto), e « os telhados flamengos » da

quinhentista rua dos Mercadores, de Lisboa, segundo a iluminura de António de Holanda no Livro de Horas de D. Manuel (51), são meras expressões figurativas, sem qualquer preocupação de rigor, e de resto pouco ajustadas e que não resistem a uma observação um pouco menos superficial, e não pretendem, em qualquer caso, encerrar uma tese de filiação histórica. E deste modo, a ideia de uma influência flamenga indirecta, via Portugal e até via Lisboa e Porto, que é mesmo aquela que, segundo Jurema, explica verdadeiramente o sobrado magro e alto recifense tal como ele se apresenta realmente, perde todo o seu valor.

Parece-nos assim que a consideração única de razões de lógica histórica — a prioridade flamenga — não é concludente para a determinação das origens do sobrado magro recifense. Numa categoria tão genérica como seja a da casa esguia e alta, que comporta tantas formas regionais, não basta na verdade a coincidência cronológica de dominação holandesa e da urbanização do Recife, e do aparecimento dos primórdios desse tipo na cidade, mesmo tendo em conta a convergência de motivações ecológicas e sociais: seria necessário ainda a identidade concreta das formas, o veredicto da realidade.

Por outras palavras: o método histórico não nos parece suficiente para esclarecer o assunto, e deverá ser completado com o método etnográfico: para a interpretação do sobrado magro do Recife e determinação das suas prováveis origens, impõe-se o estudo directo desse tipo de casa no Recife, em Amsterdam, em Portugal, e seguidamente a comparação dos elementos construtivos, alicerces, telhados, etc., que assim vierem a identificar-se.

NOTAS

- (1) Cfr. Aderbal Jurema, «O Sobrado na Paisagem Recifense», Recife, 1952.
- (2) Gilberto Freyre, «Sobrados e Mucambos», Lisboa, s/d, p. 348.
- (3) Id., p. 349. É o que Aderbal Jurema, referindo-se ao assunto, chama «o sentido imediatista da construção vertical que os holandeses seguiram no Recife» (*op. cit.*, p.27) de base ecológica.
- (4) Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 348.
- (5) *Id.*
- (6) A. Jurema *op. cit.*, p. 67/68.
- (7) Manuel Diegues Júnior, «Etnias e Culturas no Brasil», Rio de Janeiro, 1956, p. 26.
- (8) Roy Nash, «A Conquista do Brasil» (trad. Moacir N. Vasconcelos), S. Paulo, 1950 (cit. por A. Jurema, *op. cit.*, p. 24).
- (9) A. Jurema, *op. cit.*, p. 77.
- (10) *Id.*, p. 36, 37, 38, 64/5, 71, etc.
- (11) Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 351.
- (12) Sobre o enunciado e definição da Lei de Afinidade, ver Jorge Dias, «Os Arados Portugueses e as suas prováveis origens», Coimbra, 1948, p. 82. Esta lei, segundo o Autor, é que determina o comportamento dum povo quando emigra duma região para outra, segundo as condições de afinidade do meio de onde provém e aquele aonde chega. Se encontra, nas terras a que chega, condições semelhantes às da pátria de origem, onde pode desenvolver o tipo de economia que lhe era peculiar, e se o ambiente natural é semelhante àquele a que estava habituado, o homem triunfa mais facilmente. Se lhe é muito adverso, é difícil a vitória, aumentando ou diminuindo o grau de influência segundo o grau de favorabilidade é maior ou menor, podendo ir desde o domínio completo, acompanhado de manifestações de civilização superior, até à total assimilação ou desaparecimento.
- (13) Josué de Castro, «A Cidade do Recife», Rio de Janeiro, 1954, p. 155, 156, 158/9, 161.
- (14) A. Jurema, *op. cit.*, p. 31/3, 41, 71, 84.
- (15) Acerca do aproveitamento do sótão, *id.*, p. 39, 45. No que respeita à generalização do uso do tijolo pelos holandeses, ver p. 34, 43, 56, e principalmente 42, 65/6, 70, etc., onde se menciona a sua importação em

navios da Companhia das Índias. Ver também informes interessantes sobre o assunto em Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 435/7.

- (16) *Id.*, p. 59, 71, 84, e também 75. Note-se que o A., citando Alfredo de Carvalho, fala ainda em outra influência indirecta holandesa, que consistia na desorganização do regime agrícola (*op. cit.*, p. 15).
- (17) *Id.*, p. 84.
- (18) Ver nota 6.
- (19) A. Jurema, *op. cit.*, p. 12.
- (20) Para a caracterização da «casa portuguesa, Jurema, *passim*, e sobretudo p. 12, 46, 66 e 69.
- (21) A. Jurema, *op. cit.*, 30, 39, 45, e sobretudo 42.
- (22) *Id.*, p. 68, 70.
- (23) *Id.*, p. 15.
- (24) *Id.*, p. 15 e 66/67.
- (25) *Id.*, p. 15, 43. Note-se que Wilhelm Giese lhes atribui origem holandesa, tendo-se difundido em Inglaterra nos tempos de Guilherme de Orange, e, seguidamente, em Portugal, a partir dos começos do século XVIII, trazidos pelos ingleses que aqui se instalaram após a celebração do tratado de Metween (1703). (W. Giese, Algumas palavras sobre janelas e ralos nos Açores, in: Revista de Estudos Açoreanos — Boletim da Sociedade Afonso Chaves, Angra do Heroísmo, Açores, Vol. II, n.º 1, 1938, p. 21/22.
- (26) A. Jurema, *op. cit.*, p. 15.
- (27) *Id.*, *op. cit.*, p. 15, citando Fr. Manuel Calado, «O Valoroso Lucideno» e «Triunfo da Liberdade», Recife, 1942.
- (28) Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 411, e A. Jurema, *op. cit.*, p. 85.
- (29) A. Jurema, *op. cit.*, p. 64/65.
- (30) *Id.*, p. 56, 59, 80, 81.
- (31) *Id.*, p. 86.
- (32) Gilberto Freyre, «Aventura e Rotina», Lisboa, s/d., p. 185.
- (33) *Id.*, p. 186.
- (34) A. Jurema *op. cit.*, p. 72. Note-se que essa diversidade, que é sem dúvida um traço fortemente característico do Porto, opõe-se precisamente à unidade architectónica que, a despeito da variedade individual das suas casas, dá o tom das ruas de Amsterdam, e lhe imprime a fisionomia de uma grande cidade europeia. Confronte-se isto com o que diz A. Jurema, *op. cit.*, p. 83.
- (35) Para uma descrição mais pormenorizada dos telhados do Porto e seus elementos, ver: Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano,

- «Telhados do Porto», in: «Douro-Litoral», Nona Série, Vol. II, Porto, 1959.
- (36) Ver Nota 28.
- (37) Cfr. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *op. cit.*, Nota 4.
- (38) Um bom exemplo na casa setecentista da rua de Cimo de Vila n.º 15, descrita em: Em Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, «Casas do Porto», in: «Douro-Litoral», Oitava Série, Vols. VII-VIII, Porto, 1958, p. 23 (separata).
- (39) Ver Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 408, acerca dos beirais no Brasil, em geral.
- (40) Cfr. A. Jurema, *op. cit.*, expressões tais como: «altas empenas laterais», p. 36, 45, 49, 59, 60, etc.; «telhados pontudos», p. 15, 60, etc.; «ingremes», p. 59, 43; «a pique», p. 72; etc. Por certas passagens deste livro (v. g. p. 15, 41, etc.), depreende-se que, para o A., a bitola do telhado agudo é a inclinação que corresponde a uns outões com a altura superior a $\frac{1}{4}$ do comprimento frente-fundo do telhado. De facto, nas fotografias que ali vemos dos velhos sobrados do Recife, as expressões parecem-nos um pouco literárias, cabendo melhor nos desenhos também ali inscritos.
- (41) Cfr. A. Jurema, *op. cit.*, p. 30, 36, 39, 40, 41 e 42, acerca da «mudança de direcção» das empenas dos telhados do Recife, relativamente à casa holandesa; e 44, que menciona a janela no outão. Ver também p. 30/31 (nota 8).
- (42) Ver E. Veiga de Oliveira e F. Galhano, «Telhados do Porto».
- (43) Jorge Dias, Contribution to the study of primitive habitation, in: Comptes-rendu du XVI^e Congrès International de Géographie, Lisboa, 1949.
- (44) Em Lisboa, este telhado é próprio das casas burguesas urbanas, e alterna com um telhado de quatro águas, por vezes mesmo em vários sectores na mesma casa, que se vê nos palácios e também nas casas de feição rural, do característico tipo saioio.
- (45) Ver nota 15.
- (46) A. Jurema, *op. cit.*, p. 70.
- (47) Cfr. E. Veiga de Oliveira e F. Galhano, «Casas do Porto»; e também, dos A. A., Fachwerk em Portugal, no presente tomo.
- (48) A. Jurema, *op. cit.* p. 56, 59, nota 6, 80/1 (e nota 6), 101, etc. Gilberto Freyre, *op. cit.* 2.º vol. p. 409/410; e Ramalho Ortigão, «A Holanda», Porto, 1885, p. 242.
- (49) Veja-se o magistral estudo de Gilberto Freyre que vimos citando, onde a vida inteira do sobrado recifense ressalta dos factos materiais com uma

existência perfeita. E recomendamos o corte que mostra o «interior do sobrado patriarcal urbano do século XIX», no desenho de L. Cardoso Ayres, com que abre o 3.º volume da referida obra, que nos dá a imagem de tantas casas nossas conhecidas do Porto.

- (50) Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 241/291 (Cap. V, As casas e os indivíduos).
- (51) Júlio Dantas, «A Era Manuelina», in: «História de Colonização Portuguesa do Brasil», Porto, 1921 (vol. 1, p. 5).

Este trabalho foi apresentado no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, de Lisboa, 1957. Parte do texto foi extraído da Conferência realizada no ciclo das comemorações do segundo centenário do nascimento de Francisco de Almada e Mendonça, no Porto, e publicada na revista «Douro-Litoral», 8.ª Série, 7-8.